



TRAJETÓRIAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA LEITURA INTERSECCIONAL

Eixo Temático 52 - GÊNERO E SEXUALIDADE EM FOCO:
INTERSECCIONALIDADE E DESAFIOS DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS
E ESTIGMATIZADAS

Melissa Vicentini¹
Dayana Brunetto Carlin dos Santos²

RESUMO

Este artigo apresenta um mapeamento bibliográfico e análise qualitativa da produção acadêmica sobre trajetórias estudantis de mulheres com deficiência, a partir da investigação de teses e dissertações do Catálogo da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu no recorte temporal de 2014 a 2023. A pesquisa foi conduzida pelos descritores; “mulheres”, “deficiência”, “educação ou ensino superior” ou “universidade” e a aplicação de critérios de inclusão/exclusão para refinar a amostra, da qual foram selecionadas produções que evidenciassem as trajetórias estudantis de mulheres com deficiência em Instituições de Ensino Superior brasileiras. A interseccionalidade, conceito fundamental para compreender as experiências dessas mulheres, foi utilizada para analisar como corponormatividade e capacitismo se manifestam no contexto universitário. A seleção final compreendeu seis dissertações e cinco teses, revelando singularidades quanto ao espaço, estrutura e culturas institucionais e regionais, ao mesmo tempo em que apresentaram similaridades nas concepções teóricas e epistemológicas. Destaca-se a centralidade dos estudos críticos da deficiência, das contribuições das epistemes feministas e da abordagem interseccional, utilizada como ferramenta analítica para a compreensão sobre gênero e deficiência. A partir da análise interpretativa, fundamentada nos estudos de Patricia Hill Collins e Rosemarie Garland-Thomson, das pesquisas observadas, verificou-se que abordagem interseccional utilizada nos estudos, destaca o quanto o cruzamento de diferentes eixos de opressão é fator constituinte da identidade e que, paradoxalmente as violências vivenciadas por mulheres como o capacitismo e a misoginia podem contribuir na não compreensão da

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, melissavicentini@ufpr.br;

² Professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pesquisadora e vice-coordenadora do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação – LABIN/UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – NEG/UFPR. Ativista da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, dayanabrunetto@ufpr.br



deficiência enquanto componente desta identidade e no comprometimento do sentimento de pertencimento universitário. Por fim, infere-se sobre a importância de situar o gênero nas discussões sobre deficiência, visibilizando as múltiplas vulnerabilidades dessas mulheres e o impacto das normatividades presentes no espaço universitário em suas trajetórias e permanência.

Palavras-chave: Mulheres com deficiência. Estudos feministas da deficiência. Capacitismo. Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas de inclusão e avanços legais, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015) tem proporcionado na última década, um aumento no acesso de estudantes com deficiência às universidades. Se, conforme dados apresentados no CENSO da Educação Superior (2022), em 2012 apenas 0,4% (26.486) das matrículas correspondiam a esse grupo, em 2022, esse índice alcançou 0,8%, com um total de 79.262 estudantes com deficiência matriculados em Instituições de Ensino Superior.

Neste contexto, apresenta-se a importância de estudos sobre a presença de mulheres com deficiência nas universidades que evidenciem suas trajetórias e condições de permanência estudantis. Destarte, este artigo se propõe a mapear a produção acadêmica sobre este tema, analisando as teses e dissertações do Catálogo da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) defendidas em entre os anos de 2014 e 2023.

Abarcando pesquisas redigidas em português de cinco estados do país, todas as teses e dissertações foram defendidas por pesquisadoras mulheres. Após a etapa de leitura exploratória, os trabalhos foram categorizados a partir de três importantes conceitos: capacitismo, interseccionalidade e estudos feministas.



As Teses e Dissertações

As teses e dissertações analisadas foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* de diferentes regiões do Brasil. As produções analisadas incluem a dissertação de mestrado (UFSC, 2014) e doutorado (UFSC, 2019) de Anahí Guedes de Mello, a dissertação de mestrado de Janaína Damásio Vitório (Unesc, 2017), a dissertação de mestrado de Natali Esteve Torres (UFSM, 2018), a dissertação de mestrado de Luiza Cátie da Rosa Oliveira (UFSM, 2023), o doutorado de Raquel de Oliveira Guerreiro (UFRGS, 2021), o doutorado de Adenize Queiroz de Farias (UFPB, 2017), o doutorado de Flávia Augusta Santos de Melo Lopes (UFPE, 2018), o mestrado de Maria Eduarda de Albuquerque Mello (UFPE, 2019), a dissertação de mestrado de Deuzimar Helena de Oliveira Botelho (UFRRJ, 2019) e o doutorado de Tamara França de Almeida (UFRRJ, 2022).

METODOLOGIA

Como delimitação do escopo da pesquisa, os critérios de inclusão/exclusão determinados foram: ser tese ou dissertação produzida em programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades brasileiras na temática sobre mulheres com deficiência no ensino superior, ser redigido em português e o período de defesa ter ocorrido entre 2014 e 2023. As bases de dados utilizadas foram o Portal da Capes via Catálogo de Teses e Dissertações e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD.

No portal da Capes, enquanto busca básica, foram encontradas 639 correspondências para os descritores *mulheres* e *deficiência* e 09 correspondências para *mulheres*, *deficiência* e *ensino superior*. Na busca básica realizada através da BDTD, foram encontradas 305 correspondências para *mulheres* e *deficiência* e na busca avançada foram encontradas 34 referências para *mulheres*, *deficiência*, *educação ou ensino superior* ou *universidade*.

Após exportar os achados via CSV, definiu-se como critérios de inclusão/exclusão as pesquisas realizadas na última década em universidades brasileiras, que abordassem estudos sobre trajetórias estudantis de mulheres com deficiência no ensino superior, chegando assim a 11 escolhas, abrangendo teses e dissertações. Após



confronto de dados, verificou-se que das 09 pesquisas encontradas no banco da CAPES, 04 se repetiam dentro das 11 pesquisas selecionadas através da BDTD. Como categorias de análise, foram definidas a presença da interseccionalidade, do capacitismo e a perspectiva das mulheres com deficiência participantes das pesquisas.

CONCEPÇÕES SOBRE CAPACITISMO

Mello (2014), Botelho (2019), Magalhães (2022) e Oliveira (2023) situam o capacitismo como uma postura preconceituosa que supõe a incapacidade do outro baseado num padrão de corpo normativo. Estes estudos corroboram com o que Rosemarie Garland-Thomson (2002) define como uma política da aparência, que marginaliza corpos considerados incapazes de performar tal política. Mello (2014), transporta este debate para o contexto acadêmico, analisando os impactos nas trajetórias estudantis de mulheres com deficiência.

Oliveira (2023) dedica um capítulo sobre capacitismo em sua dissertação e faz uma importante provocação de que, em uma sociedade excludente e normativa, esta violência não impacta apenas na vida de pessoas com deficiência, mas sim de todas as pessoas que se distanciam dos padrões normativos. Nesta perspectiva, Magalhães (2022) apresenta que o capacitismo, além de estrutural e estruturante, é também, institucional e defende a urgência da construção de uma nova cultura, apresentando caminhos como formações, sensibilizações e atividades de letramento anticapacitista para toda a comunidade universitária. Defesa compartilhada por Botelho (2019), que evidencia a necessidade de mudanças atitudinais e estruturais que mitiguem o capacitismo no contexto da universidade.

ABORDAGEM INTERSECCIONAL

A identificação da categoria gênero nas discussões sobre deficiência, especialmente em relação às condições de mulheres e outras interseccionalidades, como raça e classe, configura-se como um aspecto analítico e político relevante no debate sobre as múltiplas opressões. Para tanto, investigou-se a presença da interseccionalidade



nas teses e dissertações analisadas, e embora identificada em dez produções, a predominância desta temática foi observada nos estudos de Farias (2017), Vitória (2017), Lopes (2018) e Guerreiro (2021).

Oriundo do campo das ciências sociais e introduzido por autoras feministas negras (Patrícia H. Collins, 2021), a interseccionalidade pode ser compreendida como uma importante ferramenta analítica sobre as relações entre gênero, raça e deficiência. Collins e Bilge (2021) apontam uma certa negligência ou superficialidade no tratamento da deficiência nos estudos interseccionais, sugerindo que um diálogo mais aprofundado entre esses campos pode enriquecer ambas as áreas de conhecimento. Em sua pesquisa de doutorado, Farias (2017) explicita como a articulação da deficiência com outros fatores estruturais é fundamental para o enfrentamento de violências. A autora, baseada em sua própria experiência como mulher cega, nordestina e de origem pobre, defende a urgência de inserir as discussões sobre gênero e capacitismo nos debates sobre pessoas com deficiência, considerando que as problematizações sobre a normatização de corpos e demais violências pelas quais as mulheres com deficiência estão expostas, podem desencadear movimentos coletivos de confronto às diversas facetas da exclusão social.

ESTUDOS FEMINISTAS DA DEFICIÊNCIA

Identificar a ocorrência das epistemes feministas sobre deficiência nas teses e dissertações analisadas, pressupõe, realizar uma breve explanação sobre duas concepções de deficiência: o modelo biomédico e o modelo social (França, 2013). Na perspectiva do modelo biomédico a deficiência é compreendida como um fenômeno biológico, consequência de um evento patológico. Essa lógica determina que o corpo deve passar por tratamentos com a finalidade de adaptar-se ao máximo possível a padrões normativos estabelecidos. Em contrapartida, o modelo social propõe a leitura sociológica sobre a questão da deficiência. Ou seja, este modelo eleva para o debate no âmbito político quais são os fatores que geram inclusão ou exclusão das pessoas com deficiência, ao analisar que a inclusão ocorre mediante a quebra das barreiras sociais.



No entanto, a partir dos anos 1990, através das abordagens feministas, o modelo social passou a sofrer alguns questionamentos. Primeiro porque, conforme Diniz (2007), os autores que elaboravam e conceituavam esse modelo eram predominantemente homens, intelectuais, com deficiência adquirida (lesão medular) e que rejeitavam o modelo médico por defender que as barreiras impostas não advinham da deficiência e sim da sociedade. Porém, não debatiam a complexidade de um corpo que não se adequava aos padrões normativos e nem sobre os desdobramentos envolvidos como a dependência, a interdependência, a dor e a experiência do cuidado, vivido pelas mães de pessoas com deficiência.

Assim, conforme apresentam Ruthie Gomes et. al (2019), elaborou-se se uma nova concepção do modelo, denominada como segunda geração do modelo social, apresentada também como estudos feministas da deficiência (*feminist disability studies*), marco teórico, elaborado por Garland-Thomson (2002), que possibilitou a articulação entre dois campos de estudo (feministas e da deficiência), ampliando as discussões sobre diversidade, possibilitando relacionar a produção acadêmica às demandas coletivas.

Deste modo, foi possível identificar as abordagens sobre os estudos feministas da deficiência nas produções de Torres (2018), Mello (2019) e Albuquerque Mello (2019). Estas autoras apresentam importantes aspectos no que se refere a análise do que é ser mulher com deficiência dentro da perspectiva do cuidado, da dependência, da interdependência, da não separação do corpo e emoções e da construção da subjetividade, evidenciando a imprescindibilidade de tais estudos para a compreensão das trajetórias de mulheres com deficiência na universidade.

VALORIZAÇÃO DAS PERSPECTIVAS DAS ESTUDANTES

Aqui é importante evidenciar que todas as produções se debruçaram em apresentar a perspectiva das mulheres partícipes das pesquisas, seja enquanto autoras ou como público estudado. Esta análise é fundamental para compreender de que forma foi possível dar visibilidade às realidades localizadas à margem da vida universitária, a



exemplo das mulheres com deficiência. No contexto da educação superior, é fundamental compreender como as mulheres com deficiência se localizam num lugar de subalternidade, com suas vivências invisibilizadas e cotidianamente silenciadas.

Das dez pesquisadoras apresentadas neste artigo, três são mulheres com deficiência e sete são mulheres que se relacionam com a deficiência de maneira íntima, seja como participantes de coletivos feministas, seja como irmãs, mães e demais parentalidades. Os estudos e resultados apresentados nestas teses e dissertações partem de entrevistas, questionários e perspectivas estudantis.

As escolhas epistêmicas e políticas que fundamentam a construção destas teses e dissertações corroboram com os apontamentos de Mello e Carniel (2021), que, em seu artigo *'Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro?'*, defendem uma abordagem que extrapole a escrita *sobre* a deficiência, buscando uma produção textual *com* e *por* pessoas com deficiência. Conforme argumentam os autores, quando as experiências das pessoas com deficiência são encaradas com seriedade, mediante a leitura e diálogo com as suas produções, movimentamos, também, as estruturas e o que se compreende sobre corpos, desejos, identidade e humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mapear a produção acadêmica brasileira, no que se refere a teses e dissertações, sobre a presença de estudantes mulheres com deficiência no Ensino Superior em IES brasileiras, um importante achado foi a existência de uma abordagem interseccional nas teses e dissertações, revelando tanto as experiências acadêmicas quanto realidades mais amplas vivenciadas e narradas pelas mulheres com deficiência.

Neste sentido, dialogar com as reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) torna-se pertinente e revela que existe uma necessidade emergente em romper com o silenciamento no universo acadêmico. Nas teses e dissertações analisadas, é possível observar a proposta em provocar uma ruptura a esse silêncio, apresentando as perspectivas das mulheres com deficiência, fundamentais para compreender os impactos do capacitismo nas trajetórias acadêmicas e nas condições de permanência estudantis.



REFERÊNCIAS

BOTELHO, Deuzimar H. de Oliveira. Desafios da inclusão no Ensino Superior: narrativas de uma universitária com síndrome de down. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022 [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2024. 105 p.

CARNIEL, Fagner e MELLO, Anahí Guedes de. Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro? Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 490-505.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FARIAS, Adenise Q. Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. In: Revista Lutas Sociais, v. 17, m.31, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>

GOMES, Ruthie B.; LOPES, Paula H.; GESSER, Marivete; TONELI, Maria J. Filgueiras. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48155, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n148155/38947>

GUERREIRO, Raquel de O. Fazer do corpo uma escuta: uma travessia existencial. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LOPES, Flavia A. S. de Melo. Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MAGALHÃES, Tamara F. de Almeida. A luta anticapacitista na Universidade: revendo conceitos de deficiência. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.



MELLO, Anahi G. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MELLO, Anahi G. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MELLO, Maria E. C. de Albuquerque. Mulheres feministas com deficiência física: o corpo como linguagem social. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

OLIVEIRA, Luiza C. da Rosa. Trajetória de professoras surdas no universo docente do Ensino Superior. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

TORRES, Natali E. Trajetórias de mulheres com deficiência na Educação Superior: barreiras e possibilidades. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VITORIO, Janaína D. Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.